

Geisel se declara descontente com os rumos da transição democrática

Marcos Vinício

Da Sucursal do Rio



Azere da Silva e o general Ernesto Geisel no encontro com Moreira, no Rio

O ex-presidente Ernesto Geisel, 80, disse ontem, no Rio, ao responder a uma pergunta sobre a consolidação do processo de abertura política, que "as coisas" talvez não estejam como gostaria. Embora não tenha especificado a que coisas se referia, o ex-presidente —um dos principais líderes do movimento de 64 que apoiou a "Nova República", agindo como um fiador da transição democrática— abandonou parcialmente ontem sua postura de evitar ao máximo dar declarações à imprensa: após muita insistência, respondeu a algumas perguntas sobre economia e política a jornalistas presentes à solenidade comemorativa do 91º aniversário da Sociedade Nacional de Agricultura, na sede da entidade, no centro do Rio.

Sua insatisfação quanto a aspectos do processo de transição não foi suficiente para que ele declarasse se é favorável à redução para quatro anos do mandato do presidente José Sarney. "Não respondo, não quero responder", afirmou, enfático. Geisel não evitou, porém, dar sua opinião

quanto ao melhor sistema de governo para o país: "Sou presidencialista."

Sobre economia, o ex-presidente inicialmente procurou apenas falar sobre as opiniões que tem ouvido de "empresários". Segundo Geisel, estes empresários reivindicam "a volta da economia de mercado" e reclamam do "excessivo controle de preços". Em seguida, Geisel disse reconhecer que o CIP (Conselho Interministerial de Preços) "tem sido mais compreensível". Para Geisel, o problema está na falta de investimentos por parte das empresas, causado, segundo ele, nem tanto pela falta de recursos, mas, pela falta de apoio ao empresariado.

O ex-presidente manifestou, ainda que de forma indireta, que concorda com a intenção do governador Moreira Franco de construir em Itaguaí o pólo petroquímico. "A decisão sobre a localização deve ser técnica e não política", disse. Ernesto Geisel ainda aproveitou a rápida entrevista de ontem para repetir sua receita para melhorar a situação do país: "Muita gente achou ridículo quando falei, mas é preciso se criar vergonha e trabalhar."

Comitê aprova 'Dia Nacional de Advertência'

Lula Marques

Da Sucursal de Brasília



Reunião pelas eleições em 88 na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados

O comitê interpartidário que defende eleição presidencial para este ano aprovou ontem a realização do "Dia Nacional de Advertência", a 4 de março, às 16h, em todo o país. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, foi indicado presidente da comissão que organizará o protesto.

No dia 4 de março, segundo a proposta, aprovada sem contestação, haverá atos de protesto de todo o tipo: passeatas, greves-relâmpago, "panelaços", "buzinaços" etc. A OAB coordenará todas as manifestações para "despartidarizar" a iniciativa, como disse Thomaz Bastos.

A reunião de ontem lotou a sala da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em Brasília. Quase cem parlamentares de todos os partidos e representantes de várias entidades foram à reunião, cujo objetivo é pressionar o Congresso constituinte, via mobilizações de rua, a aprovar o mandato de quatro anos para o presidente Sarney.

Estiveram na reunião o deputado Afif Domingos (PL-SP), Sólton Borges dos Reis (PTB-SP), Arnaldo Faria de

Sá (PTB-SP), o ex-governadores Esperidião Amin (SC) e Franco Montoro (SP), os senadores José Richa (PMDB-PR) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), a deputada Wilma Maia (PDS-RN), o ex-presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva (SP), o senador Affonso Camargo (PTB-PR), entre outros.

Uma das decisões de ontem foi a afixação de cartazes com a relação dos parlamentares que são contra o mandato de quatro anos para Sarney, encabeçada pelos respectivos governadores, nas regiões centrais das capitais do país.

Candidato do PT à Presidência da República, Lula disse ontem que seu partido aproveitará o horário gratuito de rádio e televisão que dispôs no dia 1º de março para divulgar o protesto do dia 4.

O "Dia Nacional de Advertência" é a última tentativa do comitê interpartidário de mobilizar a opinião pública em favor dos quatro anos de mandato. Seus próprios organizadores reconhecem que se a tentativa falhar dificilmente o plenário do Congresso constituinte deixará de aprovar o mandato de cinco anos.

Exército confirma escolha da Microlab

Do enviado especial a Brasília

O secretário de Ciência e Tecnologia do Exército, general Hyran Ribeiro Arnt, rejeitou, anteontem, os recursos apresentados pelas empresas Tecnasa Eletrônica Profissional S.A. e ABC Teleinformática, contra uma decisão do Centro Tecnológico do Exército (Ctex), de escolher a companhia fluminense Microlab para fornecer 20 rádios militares aptos à guerra eletrônica (capazes de preservar as comunicações diante da interferência eletrônica do inimigo).

O anúncio da decisão do general Hyran foi feito no Ctex, pelo tenente-coronel Jorge Vasconcellos Branco,

48, na presença do coronel José Torres de Aragão —que presidiu a concorrência—, e de representantes da Microlab, da Tecnasa, da ABC e da Siteltra —uma empresa que também foi derrotada na licitação mas que resolveu não recorrer do resultado.

"Sensacionalistas"

Nenhum representante das empresas derrotadas teve acesso à pontuação dada pelos técnicos do Exército a seus equipamentos. Inconformados, eles redigiram petições para que tenham acesso a essa avaliação. A Tecnasa e a ABC contestaram o resultado da licitação, depois que

souberam que o Exército assinou o contrato de fornecimento dos rádios com a Microlab, 20 dias antes do resultado da concorrência ser anunciado oficialmente.

Antes do encontro com os coronéis Branco e Aragão, os representantes das indústrias foram recebidos pelo diretor do Ctex, general-de-divisão Theodomiro Serra Filho. O general pareceu irritado com o fato do problema na concorrência ter sido noticiado, semana passada, na imprensa. Ele chegou a qualificar de "notícias sensacionalistas", as reportagens publicadas sobre o assunto.

(Roberto Lopes)

Figueiredo - Ficou adiada "sine die" a cerimônia de filiação do ex-presidente João Baptista Figueiredo ao Partido Social Democrático (PSD), marcada para ontem. Segundo o secretário-geral do PSD, Cesar Cals, o partido espera obter em breve a adesão de seis senadores e deputados federais oriundos do PMDB, PFL, PDS e PTB e preferiu aguardar para fazer uma cerimônia conjunta.

Amato - O presidente da Federação das Indústrias dos Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, reafirmou ontem em São Paulo que é favorável à convocação de um plebiscito sobre a realização, ou não, de eleições para a Presidência da República ainda este ano. Segundo ele, há um "impasse" no Congresso constituinte entre os deputados e senadores do Centrão e os "representantes da esquerda" em relação à questão e a melhor maneira para se resolver o problema é "ouvir o povo".

Simon - O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), 57, que hoje almoça com o político José Sarney, disse que na "política moderna" não se faz reunião para decidir rompimento. "O rompimento e a aproximação tem que ocorrer gradativamente", afirmou ele, se referindo à reunião do Diretório Nacional do PMDB, convocada pelos "históricos" para definir o afastamento do partido do governo.

Cargos - O líder do PFL no Congresso constituinte e um dos coordenadores do Centrão, deputado José Lourenço (BA), pediu ontem aos constituintes que não apoiem o governo, "que tenham vergonha na cara e devolvam os cargos de modo a fazerem política com dignidade". Segundo ele, sempre que um constituinte não votar de acordo com o Planalto, deve devolver os cargos ocupados por seus correligionários.